



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO ESTADO DO PARANÁ

### CONCURSO PÚBLICO • EDITAL 001/2015

• PROVA OBJETIVA - 11 / 10 / 2015 •

---

### CARGO: **ADVOGADO**

---

### INSTRUÇÕES

- 01) O caderno de prova deverá conter: **30 (trinta)** questões objetivas, assim distribuídas: 03 de Língua Portuguesa, 02 de Matemática, 02 de Conhecimentos Gerais, 02 de Informática e 21 de Conhecimentos Específicos.
- 02) A duração da prova será de 03 (três) horas, incluindo o preenchimento da folha de respostas.
- 03) A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo, portanto, permitidas perguntas aos fiscais.
- 04) A prova é INDIVIDUAL, sendo vedada a comunicação entre os candidatos durante sua realização.
- 05) Será eliminado o candidato que utilizar material de consulta ou qualquer sistema de comunicação.
- 06) Em cada questão, há somente uma resposta correta.
- 07) A folha de respostas deve ser entregue para o fiscal.
- 08) O candidato só poderá entregar a folha de respostas, e retirar-se da sala, depois de decorrida, no mínimo, 01 (uma) hora do início da prova.
- 09) O caderno de prova poderá ser levado pelo candidato, somente depois de decorridas 02 (duas) horas do início da prova.
- 10) Ao receber sua folha de respostas, aja da seguinte forma:
  - a) verifique se os dados pré-impressos estão corretos;
  - b) assine no local indicado;
  - c) pinte, preenchendo por inteiro, com caneta esferográfica ponta média, tinta azul-escuro, o campo correspondente à única alternativa que considera correta em cada questão.
  - d) não a amasse nem dobre.

#### **ATENÇÃO:**

- **Marcar mais de uma alternativa anulará a resposta.**
- **Preencha assim:** ■■■

# LÍNGUA PORTUGUESA

Texto base para as questões 01 a 03.

## NUVENS ESCURAS NO HORIZONTE

A incidência de eventos climáticos extremos vem se intensificando ano após ano em todo o mundo. Em alguns países, como nos Estados Unidos, vêm ocorrendo picos de frio e calor em intensidade fora do comum.

No Brasil, segundo os noticiários, em torno de 20% dos municípios encontram-se em estado de emergência ou de calamidade pública. A maioria desses municípios, principalmente do Nordeste e do Sudeste, sofrem com a falta de chuva. Em outros municípios, com destaque para os da região Sul, o problema tem sido o excesso de chuva, algumas vezes acompanhada de granizo, e até tornado, como ocorreu em Francisco Beltrão (PR).

Pesquisadores alertam para a necessidade de o país se preparar para aprender a lidar com esses fenômenos, pois eles tendem a ser cada vez mais intensos e frequentes, em decorrência do aquecimento global.

Nuvens escuras no horizonte? Mais do que antes, agora pode ser tempestade. Mas pode também ser terra seca, aridez, vida que se esvai

por falta de água, ou morte antecipada pelo excesso de calor ou de frio.

(Texto elaborado para esta prova.)

**Questão 01)** “Pesquisadores alertam para a necessidade **de o** país se preparar para aprender a lidar com esses fenômenos [...]”. Considere as palavras em destaque nesse trecho e marque a seguir a alternativa **INCORRETA**.

- A) O uso da preposição separada do artigo ocorre porque o termo posterior à preposição é um sujeito.
- B) Se em vez de “de o” o autor tivesse usado “do”, também estaria correto do ponto de vista da gramática normativa.
- C) A combinação do “de” com o “o” é comum na linguagem oral e nem sempre está em desacordo com a gramática normativa.
- D) O artigo definido “o” acompanha e determina o substantivo “país”, compondo o sujeito de uma oração.
- E) O nome “necessidade” é que rege a preposição “de” e não o termo seguinte “o país”.

CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE.

**Questão 02)** Considere o último parágrafo do texto e marque a seguir a alternativa **INCORRETA**.

- A) O trecho "Mais do que antes, agora pode ser tempestade" tem por base a interpretação literal de "Nuvens escuras no horizonte".
- B) A última frase do parágrafo/texto fundamenta-se no sentido figurado da expressão "Nuvens escuras no horizonte".
- C) O parágrafo é incoerente por apresentar, a partir de uma mesma expressão, afirmações que se contrapõem.
- D) Ambas as respostas (duas últimas frases) apresentam elementos que podem ser decorrentes de eventos climáticos extremos.
- E) No trecho "que se esvai por falta de água" tem-se uma oração subordinada adjetiva restritiva.

**Questão 03)** "Em alguns países, como nos Estados Unidos, **vêm** ocorrendo picos de frio e calor em intensidade fora do comum." Considere a palavra em negrito nesse trecho e julgue as afirmações a seguir.

- I. No infinitivo, é o verbo vir.
- II. Está flexionado na 3ª pessoa do plural.
- III. Concorde com o sujeito "picos de frio e calor".
- IV. Está flexionado no presente do subjuntivo.
- V. Forma uma locução verbal com "ocorrendo", que é o núcleo do predicado verbal.

Marque a alternativa correta.

- A) I, II, III, IV e V estão corretas.
- B) Apenas I, IV e V estão corretas.
- C) Apenas a V está incorreta.
- D) Apenas II e III estão corretas.
- E) Apenas a IV está incorreta.

## MATEMÁTICA

**Questão 04)** Considerando as operações com conjuntos de números, relacione as colunas e depois assinale a sequência correta nas alternativas a seguir:

1. União de conjuntos
2. Interseção de conjuntos
3. Conjunto diferença

- ( ) Seja  $A = \{1, 2, 3, 4\}$  e  $B = \{2, 4, 6\}$  então  $A \cap B = \{2, 4\}$
- ( ) Seja  $A = \{2, 3, 4\}$  e  $B = \{5, 6, 7\}$  então  $A \cup B = \{2, 3, 4, 5, 6, 7\}$
- ( ) Seja  $A = \{1, 2, 3, 4\}$  e  $B = \{2, 3, 4\}$  então  $A - B = \{1\}$

Marque a alternativa correta.

- A) 1 - 2 - 3
- B) 2 - 1 - 3
- C) 3 - 2 - 1
- D) 3 - 1 - 2
- E) 2 - 3 - 1

**Questão 05)** Uma escada de cinco metros de comprimento está apoiada em uma parede formando um ângulo de noventa graus com o chão. A que altura do chão o topo da escada toca a parede no momento em que a base da escada está a três metros da parede?

- A) Dois metros.
- B) Três metros.
- C) Quatro metros.
- D) Cinco metros.
- E) Seis metros.

## **CONHECIMENTOS GERAIS**

**Questão 06)** Em agosto de 2015, a Presidente da República fez um apelo a senadores para que não passassem pelo Senado projetos que aumentassem os gastos do governo. Em seu apelo, a que propostas a Presidente fazia menção?

- A) À proposta de aumento de 55% aos técnicos-administrativos em educação.
- B) À proposta de reajuste de 90% aos servidores ligados ao Judiciário.
- C) À proposta de reajuste de 58% aos ministros do Supremo Tribunal Federal – STF.
- D) À proposta que vincula salários de ministros do Supremo Tribunal Federal – STF a 95% da remuneração do(a) Presidente da República.

E) À proposta que vincula salários de procuradores de estado, delegados e de integrantes da Advocacia-Geral da União a 90,25% da remuneração de ministros do Supremo Tribunal Federal – STF.

**Questão 07)** Em julho de 2015, o Banco Central informou que a energia elétrica deve ter um reajuste de 43,4% em 2015 fechado. Sobre a estimativa de alta no preço da energia elétrica em 2015, julgue as afirmações a seguir.

- I. O custo de produção da eletricidade vem aumentando, dentre outras razões, em decorrência da queda acentuada no armazenamento de água nos reservatórios das principais hidrelétricas do país.
- II. Para poupar água das represas, o país vem usando mais termelétricas, que geram energia mais cara.
- III. Contribuiu para o atual aumento de custos o plano anunciado pelo governo ao final de 2012 e que então levou à redução das contas de luz em 20%.
- IV. Após as eleições, os aumentos dos preços administrados, entre eles o da luz, que haviam sido represados em 2014, foram liberados.

Assinale a alternativa correta.

- A) Apenas I e II estão corretas.
- B) Apenas I, II e IV estão corretas.
- C) Apenas a I está correta.
- D) Apenas a II está correta.
- E) I, II, III e IV estão corretas.

## INFORMÁTICA

**Questão 08)** Considerando os dispositivos de backup abaixo, qual apresenta o dispositivo com maior capacidade de armazenamento?

- A) Pen drive 128GB
- B) Pen drive 2048MB
- C) HD externo de 500GB
- D) DVD de 4.812MB
- E) HD externo de 1TB

**Questão 09)** Considere o fragmento abaixo de uma planilha do Microsoft Excel 2013 em sua configuração padrão. Se aplicarmos a fórmula =CONT.NÚM(A1:B2), o resultado será:

	A	B
1	5	8
2	9	5

- A) 27
- B) 10
- C) 17
- D) 4
- E) 8

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**Questão 10)** Acerca do controle de constitucionalidade, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) É uma das competências do Senado Federal sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

- B) Compete ao Senado Federal e ao Congresso Nacional suspenderem a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
- C) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta que será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ao menos um deles, dois terços dos votos dos respectivos membros.
- D) As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados.
- E) Se o Presidente da República considerar o projeto de lei inconstitucional, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.

**Questão 11)** No art. 5º, inciso XII, a Constituição Federal estabelece que: "é livre o exercício e qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer." Considerando a classificação das normas constitucionais quanto à eficácia, é correto afirmar que a norma acima é de eficácia

- A) contida.
- B) programática.
- C) limitada.
- D) orgânica.
- E) plena.

**Questão 12)** Segundo a Constituição Federal, é possível a aposentadoria com os proventos integrais aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, incluídas suas autarquias e fundações, **APENAS** em caso de

- A) aposentadoria voluntária, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, tendo sessenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se homem, e sessenta anos de idade e vinte e cinco de contribuição, se mulher.
- B) aposentadoria por invalidez permanente, se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável.
- C) aposentadoria voluntária, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, com idade mínima de sessenta anos.
- D) aposentadoria compulsória, desde que cumprido o tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, sendo homem ou mulher, tendo setenta anos de idade e trinta de contribuição.
- E) aposentadoria compulsória, aos setenta anos de idade.

**Questão 13)** Considerando as normas vigentes sobre regime jurídico dos servidores públicos, marque a alternativa correta.

- A) Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre a fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- B) O subsídio dos Ministros dos Tribunais Superiores corresponderá a noventa por cento do subsídio mensal fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal e os subsídios dos demais magistrados serão fixados em portaria e escalonados, em nível federal e estadual, conforme as respectivas categorias da estrutura judiciária nacional.
- C) Os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado serão fixados pelo Congresso Nacional, por portaria.
- D) É da competência exclusiva do Senado Federal fixar o subsídio dos Deputados Federais e dos Senadores, que deverá corresponder a oitenta por cento do subsídio mensal fixado para o Presidente da República.
- E) É de competência exclusiva do Presidente da República fixar idêntico subsídio para os Deputados Federais e os Senadores bem como fixar os subsídios do próprio Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado.

**Questão 14)** Nos termos da Lei 8.666/93, assinale a alternativa correta acerca das modalidades de licitação.

- A) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- B) Convite é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.
- C) Concurso é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- D) Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista no art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação

E) Concorrência é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

**Questão 15)** Considerando a matéria de revisão dos contratos administrativos, leia o texto abaixo e assinale a alternativa que apresenta a teoria que se encaixa de maneira correta na descrição do texto apresentado.

“Se a parte prejudicada não puder cumprir, de nenhum modo, as obrigações contratuais, dar-se-á a rescisão sem atribuição de culpa. Se o cumprimento for possível, mas acarretar ônus para a parte, terá esta direito à revisão do preço para restaurar o equilíbrio rompido. O elemento característico do instituto é a álea econômica.” (José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo, 29ª edição. Atlas. 2015; pg. 191/193.)

- A) Teoria do fato da administração.
- B) Força maior.
- C) Teoria da imprevisão.
- D) Caso fortuito.
- E) Teoria do fato do príncipe.

**Questão 16)** Acerca do processo administrativo, com base na Lei nº 9.784/99, considere as seguintes assertivas:

- I. Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir.
- II. Salvo disposição legal específica, é de cinco dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.
- III. Quando a lei não fixar prazo diferente, o recurso administrativo deverá ser decidido no prazo máximo de sessenta dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.
- IV. A decisão de recursos administrativos não pode ser objeto de delegação.

Assinale a alternativa correta.

- A) Somente I está correta.
- B) Somente II e III estão corretas.
- C) Somente I, II e IV estão corretas.
- D) Somente I e IV estão corretas.
- E) I, II, III e IV estão corretas.

**Questão 17)** Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) É vedada a utilização de recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, e II, para realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social de que trata o art. 201, todos da Constituição Federal.

- B) A competência da União para emitir moeda é exercida exclusivamente pelo banco central.
- C) É vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.
- D) É vedada a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas as exceções constitucionais expressas.
- E) As disposições legislativas relativas às Finanças Públicas deverão ser feitas mediante lei ordinária.

**Questão 18)** A respeito do domicílio da pessoa natural e da pessoa jurídica, assinale a alternativa **INCORRETA**, à luz do Código Civil Nacional vigente.

- A) Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada.
- B) O domicílio do incapaz é o do seu representante ou assistente.
- C) O domicílio do servidor público é o lugar em que exercer permanentemente suas funções.
- D) Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, sempre será considerado como domicílio o local da sede principal da pessoa jurídica.
- E) Se, porém, a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas.



**Questão 19)** Sobre a matéria relativa ao crédito tributário, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
- B) A única causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário é a concessão de medida liminar em mandado de segurança.
- C) Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
- D) O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa, quando a lei assim o determine.
- E) O depósito do seu montante integral e a moratória constituem-se causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

**Questão 20)** De acordo com o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

- A) A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabiliza pessoalmente o

funcionário que a expedir, pelo crédito tributário e juros de mora acrescidos.

- B) Somente é permitida a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades, quando esta for solicitada e protocolada pela parte interessada, seja ela qual for.
- C) Para os efeitos da legislação tributária, têm aplicação as disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, bem como da obrigação destes de exibí-los.
- D) Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, mesmo antes de esgotar o prazo fixado para pagamento.
- E) A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez; porém, não se pode aplicar o efeito de prova pré-constituída, pois tal instituto inexistente no Direito Tributário brasileiro.

**Questão 21)** De acordo com o art. 295 do Código de Processo Civil vigente, considera-se inepta a ação, quando

- A) o pedido for socialmente impossível.
- B) não for direcionada ao juízo competente.
- C) da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão.
- D) quando for constatada no despacho inicial a decadência.
- E) a parte for manifestadamente ilegítima.

**Questão 22)** Analise as assertivas abaixo de acordo com o que dispõe o Código Civil brasileiro vigente.

- I. Não corre a prescrição entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal bem como entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar.
- II. Prescreve em três anos a pretensão para haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias, pagáveis, em períodos não maiores de um ano, com capitalização ou sem ela.
- III. Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, podendo somente o juiz suprir a alegação.
- IV. A interrupção da prescrição por um credor se aproveita aos outros; semelhantemente, a interrupção operada contra o codevedor, ou seu herdeiro

prejudica aos demais coobrigados.

Assinale a alternativa correta.

- A) Somente I está correta.
- B) Somente I e II estão corretas.
- C) Somente I, II e IV estão corretas.
- D) Somente II, III e IV estão corretas.
- E) I, II, III e IV estão corretas.

**Questão 23)** Em matéria de locação, assinale a alternativa correta, de acordo com o Código Civil.

- A) Morrendo o locador ou o locatário, transfere-se aos seus herdeiros a locação por tempo indeterminado.
- B) Se, findo o prazo, o locatário continuar na posse da coisa alugada, sem oposição do locador, presumir-se-á prorrogada a locação pelo mesmo aluguel e pelo mesmo prazo.
- C) Se notificado, o locatário não restituir a coisa, pagará, enquanto a tiver em seu poder, o aluguel que o locador arbitrar e responderá pelo dano que ela venha a sofrer, embora proveniente de caso fortuito.
- D) Se, durante a locação, se deteriorar a coisa alugada sem culpa do locatário, não lhe caberá a redução proporcional do aluguel.
- E) Em regra, o locador é obrigado a entregar ao locatário a coisa alugada, com suas pertencas, em estado de servir ao uso a que se destina, sendo que, a partir do ato da entrega, caberá ao locatário mantê-la neste mesmo estado, durante todo o tempo do contrato.

**Questão 24)** Analise as assertivas abaixo, com relação aos atos processuais, nos termos do Código de Processo Civil nacional vigente.

- I. O erro de forma do processo acarreta a anulação de todos os demais atos a ele conectados, sendo assim vedado o aproveitamento dos atos praticados, mesmo que não resulte em prejuízo à defesa.
- II. É nulo o processo, quando o Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir, devendo o juiz anular o processo todo, a qualquer tempo, assim que observada a falta de intimação do prefalado órgão.
- III. Os atos e termos processuais não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir, reputando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preencheram a finalidade essencial.
- IV. A nulidade relativa depende sempre de provocação da parte e está sujeita à preclusão, caso não arguida na primeira oportunidade que a parte teria para fazê-la no processo, com o consequente saneamento do vício.

Assinale a alternativa correta.

- A) Somente III e IV estão corretas.
- B) Somente I está correta.
- C) Somente II e III estão corretas.
- D) Somente I, II e IV estão corretas.
- E) I, II, III e IV estão corretas.

**Questão 25)** Quanto à utilização e ocupação dos bens públicos, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Permissão de uso é o ato negocial unilateral, discricionário e precário através do qual a Administração faculta ao particular a utilização individual de determinado bem público.
- B) A concessão de uso pode ser gratuita ou onerosa, dependendo, em regra, de procedimento licitatório, bem como não pode ser transferida sem prévio consentimento da Administração.
- C) Cessão de uso é a transferência gratuita da posse de um bem público de uma entidade ou órgão para outro, a fim de que o cessionário o utilize nas condições estabelecidas no respectivo termo, por tempo certo ou indeterminado.
- D) A permissão de uso pode incidir sobre qualquer tipo de bem dependendo de autorização legislativa e licitação, podendo ser revogada a qualquer tempo.
- E) Concessão de uso é o contrato administrativo pelo qual o poder Público atribui a utilização exclusiva de um bem de seu domínio a particular, para que o explore segundo sua destinação específica.

**Questão 26)** Assinale a alternativa que contém um exemplo de tributo que atende ao princípio da capacidade contributiva, estatuído no art. 145 §1º da Constituição Federal.

- A) O imposto sobre operações financeiras.
- B) O imposto sobre serviços de qualquer natureza.
- C) O imposto sobre circulação de mercadorias e serviços.
- D) O imposto sobre importação.
- E) O imposto de renda das pessoas físicas.

**Questão 27)** Assinale a alternativa correta, com base Lei 6.830/80, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública.

- A) Apenas dívidas tributárias, cuja cobrança seja atribuída por lei à União, aos Estados, ao Distrito Federal, ou aos Municípios e respectivas autarquias, serão consideradas Dívidas Ativas da Fazenda Pública.
- B) Não caberá execução fiscal de Dívida Ativa da Fazenda Pública contra fiador.
- C) A Fazenda Pública poderá adjudicar os bens penhorados antes do leilão, pelo preço da avaliação, se a execução não for embargada ou se rejeitados os embargos.
- D) Em ação de execução fiscal de Dívida Ativa da Fazenda Pública, o executado poderá oferecer embargos, no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação da penhora, sendo admissíveis os

embargos do executado antes de garantida a execução.

- E) Em processo de execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública, a produção de provas pela Fazenda Pública depende de requerimento na petição inicial.

**Questão 28)** Sobre a Ação Civil Pública, é correto afirmar que

- A) a associação que esteja constituída há pelo menos um ano nos termos da lei civil ou alternativamente inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica ou à livre concorrência, é parte legítima para propor Ação Civil Pública.
- B) o Ministério Público, se não intervier no processo como parte, poderá a pedido do autor, ou a critério do promotor de justiça, atuar como fiscal da lei.
- C) constitui crime, a recusa, o retardamento ou a omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil, quando requisitados por qualquer um dos legitimados.
- D) não há possibilidade de condenação de litigância de má-fé em Ação Civil Pública.
- E) na Ação Civil Pública poderá o juiz conceder mandado liminar, com ou sem justificação prévia, em decisão sujeita a agravo.

**Questão 29)** Assinale a alternativa **INCORRETA** de acordo com a Lei nº 9.605/1998.

- A) De acordo com o art. 8º da aludida lei, em caso de crime ambiental, as penas restritivas de direito são: prestação de serviços à comunidade, interdição temporária de direitos, suspensão parcial ou total de atividades, prestação pecuniária e recolhimento domiciliar.
- B) Em se tratando de crime ambiental, são circunstâncias que atenuam a pena: baixo grau de instrução ou escolaridade do agente; arrependimento do infrator, manifestado pela espontânea reparação do dano, ou limitação significativa da degradação ambiental causada; comunicação prévia pelo agente do perigo iminente de degradação ambiental ou colaboração com os agentes encarregados da vigilância e do controle ambiental.
- C) Em se tratando de crime ambiental, são circunstâncias que agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime: quando é cometido atingindo áreas urbanas ou quaisquer assentamentos humanos ou quando é cometido em domingos ou feriados.
- D) A perícia de constatação do dano ambiental, sempre que possível, fixará o montante do prejuízo causado, ressalvado que, caso tenha sido produzida no inquérito civil ou no juízo cível, não poderá ser aproveitada no processo penal.

- E) As penas aplicáveis isolada, cumulativa ou alternativamente às pessoas jurídicas, são: multa; restritivas de direitos; e prestação de serviços à comunidade.

**Questão 30)** Assinale a alternativa correta de acordo com a Lei nº 6.938/81.

- A) Aplicar-se-á a servidão ambiental às áreas de preservação permanente e à reserva legal mínima exigida.
- B) A Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) será devida no último dia útil de cada semestre do ano civil, nos valores fixados e o recolhimento será efetuado em conta bancária vinculada ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).
- C) Constitui-se como Presidente do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), o Secretário do Meio Ambiente, sem prejuízo de suas funções.
- D) O sujeito passivo da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) é obrigado a entregar até o dia 31 de dezembro de cada ano o relatório das atividades exercidas no ano anterior.
- E) Compete ao Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) homologar acordos visando à transformação de penalidades pecuniárias na obrigação de executar medidas de interesse para a proteção ambiental.